

Sumário

AGRADECIMENTOS.....	9
APRESENTAÇÃO	11
PREFÁCIO	15
INTRODUÇÃO	21
1. CRÉDITO E CONSUMO.....	25
1.1. Crédito através do tempo	25
1.2. Consumo através do tempo	27
1.3. Crédito a serviço do consumo	34
1.4. Crédito – Aspectos legais e transformação digital	37
1.5. Concessão do crédito – Aspectos legais	42
1.6. Sistema financeiro e evolução regulatória	45
1.7. Velhos e novos atores no mercado de crédito.....	49
1.8. Crédito digital e proteção ao consumidor	52
1.9. Crédito e função social.....	55
1.10. Boa-fé objetiva e o contrato de crédito.....	62
1.11. Deveres anexos	65
1.11.1. O dever de informar.....	67
1.11.2. O dever de cooperar	69
1.11.3. O dever de aconselhar	71
1.11.4. O dever de advertir	72
1.11.5. O dever de entrega de cópia.....	74
1.11.6. O dever de oferta prévia pelo prazo mínimo de dois dias.....	74
1.11.7. O dever do crédito responsável.....	74
2. SUPERENDIVIDAMENTO.....	77
2.1. Conceito	80

2.2.	Tratamento.....	86
2.2.1.	Sistema francês	91
2.2.1.1.	Definição, âmbito de aplicação e condições.....	93
2.2.1.2.	Pedido e sua análise pela Comissão	94
2.2.1.3.	Procedimento administrativo	96
2.2.1.4.	Plano de recuperação convencional	97
2.2.1.5.	Medidas de tratamento	98
2.2.1.6.	Situação irremediavelmente comprometida – Recuperação pessoal	98
2.2.1.7.	Comissões administrativas	100
2.2.2.	Sistema americano	102
2.2.2.1.	Liquidation de ativos – Capítulo 7 do Código de Falência...	103
2.2.2.2.	Plano de pagamento – Capítulo 13 do Código de Falência	107
2.2.2.3.	Caso dos devedores sem ativos e sem recursos (“no assets case”)).....	109
2.2.3.	Sistema italiano	109
2.2.3.1.	Plano de reestruturação	110
2.2.3.2.	“Concordato minore” ou concordata menor	112
2.2.3.3.	Liquidation controlada.....	113
2.2.3.4.	“Esdebitazione” – O perdão ou quitação das dívidas não satisfeitas	114
2.2.4.	Procedimentos adotados no Brasil a partir da Lei 14.181/21.....	116
2.2.4.1.	Processo para repactuação de dívidas	117
2.2.4.2.	Processo para revisão e reintegração dos contratos	121
2.2.4.3.	Procedimento administrativo para tentativa de solução consensual	126
3.	CRÉDITO DIGITAL E SUPERENDIVIDAMENTO	127
3.1.	Crédito digital e disciplina legal.....	128
3.1.1.	Diretivas da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)	129
3.1.2.	Diretivas da União Europeia	132
4.	ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E ECONOMIA COMPORTAMENTAL.....	137
4.1.	Análise Econômica do Direito.....	138
4.1.1.	Teoria da Maximização Racional.....	139
4.1.2.	Do Modelo da Escolha Racional ao Modelo da Escolha Limitada.....	140
4.2.	Economia Comportamental (<i>Behavioural Law and Economics</i>).....	143

4.2.1.	Heurísticas – Os atalhos mais comuns que influenciam o comportamento do consumidor	146
4.2.2.	Vieses – Os erros que mais viciam as escolhas de consumo	148
4.3.	Racionalidade limitada e endividamento do consumidor	150
4.4.	Racionalidade econômica x racionalidade jurídica.....	151
5.	SUPERENDIVIDAMENTO E DEVER DE PROTEÇÃO ESTATAL.....	153
5.1.	Paternalismo	156
5.1.1.	Paternalismo forte	156
5.1.2.	Paternalismo fraco.....	158
5.2.	Proposta para uma nova e efetiva atuação estatal.....	162
5.3.	Sugestão para o texto legal	164
	CONCLUSÕES.....	167
	REFERÊNCIAS	173